

PETROBRAS 100% ESTATAL

Controle já existe. Propriedade integral é outra conta.

A promessa de Hertz Dias confrontada com estrutura acionária, lei e financiamento.

O programa oficial

O texto registrado no TSE propõe expropriação imediata de empresas estratégicas e afirma:

“Petrobras 100% estatal e sob controle dos trabalhadores já!”

Classificação: programa eleitoral. Não é projeto de lei, norma vigente nem execução comprovada.

Controle não é propriedade integral

UNIÃO DIRETA

29,02%

do capital social total

BNDES E BNDESPAR

8,03%

participação indireta

Somados, 37,05% do capital econômico. O restante, cerca de 62,95%, estava fora desse bloco controlador na data de corte.

A União já controla a companhia porque detém 50,26% das ações ordinárias com voto.

Uma ordem de grandeza

VALOR DE MERCADO DE REFERÊNCIA

US\$ 100,9 bi

US\$ 100,9 bi $\times$ 62,95%

$\approx$ US\$ 63,5 bi

É uma referência matemática, não o preço de compra nem o custo fiscal. As datas das bases são diferentes.

Prêmio de controle, reação das ações, câmbio, indenizações, disputas e forma jurídica podem alterar completamente o valor.

A conta não termina na compra das ações

- **Lei e indenização**

A Constituição exige procedimento legal e justa e prévia indenização em dinheiro na desapropriação ordinária.

- **Mercado e governança**

Há acionistas na B3, na NYSE e na Latibex. O estatuto busca manter ao menos 25% das ações em circulação.

- **Financiamento**

O programa lista fontes gerais, mas não estima o valor da participação privada nem define a forma de pagamento.

- **Prazo**

Não há etapas para avaliação, lei, aquisição, indenização, fechamento de capital e eventuais litígios.

● 2/10

VERMELHO

A União já controla a companhia, mas a propriedade integral exigiria resolver lei, indenização, financiamento e aquisição das participações privadas sem cronograma apresentado.

Viabilidade jurídica e legislativa	0/2
Financiamento	0/2
Capacidade administrativa	1/2
Condições técnicas e econômicas	1/2
Cronograma de quatro anos	0/2

Nota provisória, confiança média. Avaliação editorial, não probabilidade estatística.